



HABITAR NEGRA(O): CONFLUÊNCIAS ESPACIAIS QUILOMBOLAS

Rita de Cássia Montezuma

Universidade Federal Fluminense | ritamontezuma@id.uff.br

Resumo geral:

Ao analisarmos pesquisas relacionadas à questão quilombola, é possível perceber que existe entre elas a confluência relacionada à existência ancestral africana que guia a re-existência de comunidades remanescentes de quilombo, apesar de sucessivos processos de violação que muitas vezes são perpetrados por institucionalidades, sejam elas urbanas ou rurais. Esta ancestralidade pode ser compreendida “[...] como memória, lembrança, saberes e vivências que foram experimentadas por fisicalidades outras, que compõem as centenas e quem sabe milhares de Eus que formam o nosso Sou”. (Portilho, 2021, p. 111), que resultam em práticas culturais transmigradas dos territórios africanos para o brasileiro e ressignificadas e ressemantizadas, bem como atua nas “[...] nossas tomadas de decisão coletivas e individuais, com a sabedoria acumulada ao longo das suas diversas formas de existências” (p. 111). Neste sentido, a ancestralidade africana pode ser percebida por meio da existência de saberes presentes nestas comunidades que foram passados por gerações, mesmo após a travessia forçada do Atlântico no passado colonial, conformando uma dimensão cultural e política, conforme sugerido por Paul Gilroy (2001). A permanência destes saberes pode ser percebida na contemporaneidade, na medida em que “muitos dos princípios basilares da gnose negra, suas epistemes e todo um complexo acervo de conhecimentos e de valores foram reterritorializados, reimplantados, refundados, reciclados, reinventados, reinterpretados, nas inúmeras encruzilhadas históricas derivadas dessas travessias (Martins, 2021, p. 45). Sendo assim, a existência destas comunidades se dá por meio da resistência frente a um entorno em disputa que historicamente oprime e viola as populações afrodiaspóricas.

Atualmente, o protagonismo quilombola conquistado por meio de aparatos institucionais e legais, como a Autodeclaração e a Certidão de Autorreconhecimento (Decreto 4.887/2003) expedida pela Fundação Cultural Palmares e a regularização fundiária de responsabilidade do INCRA e dos Institutos de Terras Estaduais, são ferramentas que têm sido acessadas por comunidades que se reconhecem como remanescentes de quilombo e atuam na luta contra a perpetração de violações. A relação entre violações e resistência operada por meio da ancestralidade pode ser considerada uma confluência espacial quilombola, na qual as

comunidades vivenciam experiências similares de existência afrodiaspórica permeada por violações muitas vezes institucionalizadas.

Neste sentido, o objetivo da sessão livre é estabelecer este paralelo presente na existência quilombola, que configura uma forma singular e ancestral do habitar negro. Pretendemos ampliar as discussões propostas no evento para além de uma perspectiva racial e apontar para o protagonismo quilombola como ferramenta de resistência frente a uma hegemonia do poder que historicamente utiliza aparatos legais para manter os privilégios e, consequentemente, subjugar a população negra a seu favor. Percebemos a necessidade de inserir uma discussão relacionada às espacialidades quilombolas e sua conformação identitária como um caminho de enfrentamento ao racismo, apontando para a importância ancestral africana que conforma a sociedade brasileira, bem como para a existência de agentes que atuam na manutenção dos processos hegemônicos.

Para alcançar os objetivos propostos, reunimos pesquisas de distintas territorialidades mas que ressoam reflexões similares. Este encontro irá fomentar a discussão de como os modos de criar, fazer e viver quilombola são fundantes nas relações socioespaciais brasileiras, bem como são terrenos de disputa e que, por isso, precisam ser preservados por meio de sua valorização e reconhecimento, visando garantir a salvaguarda dos saberes tradicionais para futuras gerações. A sessão livre também se justifica, na medida em que não identificamos sessões temáticas específicas para debatermos a questão quilombola, que precisa ser compreendida como singular na seara dos estudos socioespaciais, apesar de sua imbricação com a questão racial.

Assim sendo, reunimos pesquisas de três estados: Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia. Estamos certas e certos que esta conformação não consegue resumir a pluriversalidade presente nas vivências espaciais quilombolas brasileiras, entretanto, possibilitarão vislumbrar as confluências presentes neste habitar de negras e negros, como uma perspectiva contracolonizadora (Santos, 2021) de produção do espaço.

Referências bibliográficas

GILROY, Paul. O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência. São Paulo: Editora 34, 2001.

MARTINS, Leda Maria. Performances do tempo espiralar: poéticas do corpo-tela. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

PORTILHO, Kaká. Um matriarcado amerinafricano no brasil. In: ALVES, Míriam Cristiane; SILVA, Ana Paula Melo da; DIAS, Raquel Silveira Rita; LAMPAZZI, Priscilla Pinheiro; PORTILHO, Kaká (org.). Matripotência e mulheres olùṣó: memória ancestral e a enunciação de novos imaginários. Porto Alegre: Editora Rede Unida, 2021.

SANTOS, Antônio Bispo dos. A terra dá, a terra quer. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.

NEGRO HABITAR QUILOMBOLA: PAISAGENS, PRÁTICAS E RESISTÊNCIAS AFROTRANSATLÂNTICAS

Rita de Cássia Montezuma

Universidade Federal Fluminense | ritamontezuma@id.uff.br

A condição do negro camponês é expressa como não reconhecida no espaço urbano, colocando-o na marginalidade, mesmo sendo produtores de alimentos por gerações. Trata-se de rugosidades do urbano, na forma e no conteúdo, vistos como obstáculo ao modo atual de viver na urbe – com suas roças, casas, quintais, terreiros ou as lajes da favela. A partir das epistemologias negras, me proponho a discutir o Negro Habitar trazendo como empiria as práticas sociais do habitar quilombola analisados em quilombos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Dialogando através da Afrocentricidade, a base teórica e conceitual sistematizada por Molefi Kete Asante, é definida como sendo ontológica e fenomenológica na medida em que emana de uma consciência coletiva forjada na resistência à opressão racial e colonial. Neste sentido, serão apresentadas análises biogeográficas e ecológicas sobre práticas quilombolas que revelam formas de ser e estar no mundo indissociável da natureza Transatlântica Fluminense da qual são integrantes. A origem africana será analisada através das formas de existência no território, assim como em algumas práticas e territorialidades dos seus moradores, através de registros imagéticos, coleta de dados primários e relatos de histórias de vida.

Tais práticas reafirmam composições e estruturas que remetem às organizações coletivas integradas, onde princípios afrocivilizatórios são expressos na materialidade, de modo que se torna identificável como a forma social negro-brasileira resistente e impressa nos territórios quilombolas. Formas negras onde são identificados elementos da história e cultura negra; modos próprios de produzir territorialidades negras; relações sociais próprias e demarcadas pela parentalidade, bem como alternativas ao racismo antinegro expressos nas diversas formas presentes na sociedade brasileira, institucional, ambiental e socioeconômica.

Da mesma forma, identificamos um ethos que conserva e confirma a filiação africana em diáspora, conforme apontou Beatriz Nascimento no documentário Ori (ORI, 1989), onde o tempo do início da escravização demonstra ser curto o suficiente para produzir a perda de vínculos, posto que a técnica social da oralidade demonstra ser uma potente estratégia de preservação do conhecimento que resiste à opressão, violência e tentativas de silenciamentos e apagamentos. A confirmação de uma consciência coletiva é expressa em compromissos compartilhados de resistência à opressão racial, colonial e, também, orientada pelo respeito à ancestralidade e aceitação de sua cultura (Asante, 2014), apresentando um devir urbano em contraposição a um urbano concebido com base em uma política de negação e exclusão.

AMBIVALENCIAS URBANAS: MATRIPOTÊNCIA, ANCESTRALIDADE E REPARAÇÃO

Cynthia Bráulio Alvim Bustamante ¹

Universidade Federal de Minas Gerais | cynthiabraulio@ufmg.br

A palestra será orientada pela pesquisa de mestrado elaborada pela autora que apresenta modos de construção da vida cotidiana na cidade em detrimento às práticas de violência das políticas urbanas embasadas pela supremacia branca. Neste sentido, será apresentada a estruturação dessa política no que bell hooks denomina de patriarcado supremacista branco capitalista imperialista. Discutiremos que esta condição, historicamente materializada no território, também pode ser compreendida a partir do papel de re-existência da população negra frente às ações do Estado. A atuação institucionalizada desta população, em especial das mulheres negras e quilombolas, indica uma possibilidade de desestruturação das ações da política urbana, revelando caminhos possíveis de gestão da cidade. O urbano em estudo é a cidade de Belo Horizonte.

Inicialmente, será apresentado o método utilizado na pesquisa, orientado pelos estudos de Katherine McKittrick, que propõe o conceito de ambivalência como uma possibilidade de análise de processos de clareza e opacidade vivenciados pela população negra. A partir deste entendimento, a pesquisa se desdobra em três dimensões ambivalentes.

A primeira delas, Ambivalência Ser Kilombu, propõe a análise de como o protagonismo desempenhado por lideranças quilombolas em Belo Horizonte pode ser compreendido a partir de uma violação perpetrada pelo Estado, onde uma liderança matripotente aciona mecanismos institucionais para a preservação dos modos de criar, fazer e viver de sua comunidade. O conceito de matripotência será discutido a partir desta primeira dimensão ambivalente. A segunda dimensão a ser apresentada é a Ambivalência Ser Espaço Urbano. Abordaremos o processo de surgimento do bairro Concórdia, que é considerado um Quilombaço ou uma Pequena África na cidade, cujo surgimento se deu a partir de ações de institucionalidades urbanas. Discutiremos como a ancestralidade africana permitiu a reterritorialização das pessoas que ali residem. Já a terceira dimensão, foi intitulada como Ambivalência Ser Institucionalidade. Será apresentado um paralelo entre as institucionalidades urbanas e outras instâncias que têm buscado uma reparação histórica, por meio da implementação de uma agenda de promoção da igualdade racial e estabelecendo conexões com comunidades tradicionais da cidade.

¹ Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG) pelo apoio para a realização do presente trabalho, por meio do financiamento da minha bolsa de doutorado. Agradeço também à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil - CAPES (Código de Financiamento 001) e ao Programa de Pós-graduação em Geografia da UFMG pelo apoio para a realização do presente trabalho.

Por fim, discutiremos os resultados da pesquisa que apontam para a necessidade de compreensão dos processos de opacidade, de modo que a população negra consiga, por meio de sua valorização, resistir aos processos de clareza que garantem a manutenção de um sistema interligado de dominação materializado no urbano.

COMO SURGE UM KILOMBO: RESGATE DA IDENTIDADE QUILOMBOLA NA GARANTIA DE SEUS DIREITOS TERRITORIAIS

Daniel Henrique de Menezes Dias

Associação Arquitetas Sem Fronteiras - ASF Brasil / Quilombo Reconhece Quilombo | danielmenezes.arq@gmail.com

A presente palestra possui por intenção apresentar o estudo de caso em relação ao processo de Autorreconhecimento enquanto comunidade remanescente de quilombo do Kilombo Família Souza, localizado em Belo Horizonte/MG. O município de Belo Horizonte, possui atualmente seis comunidades quilombolas em contexto urbano certificadas pela Fundação Cultural Palmares - FCP: a Comunidade Quilombola de Mangueiras, o Quilombo dos Luízes, o Kilombu Manzo N'gunzo Kaiango, o Kilombo Família Souza, o Quilombo d'Os Carolinos e o Quilombo Família Mattias. Assim como tantas outras comunidades quilombolas belorizontinas, a trajetória do Kilombo Souza na capital mineira remete ao início do século XX, quando a matriarca e o patriarca da comunidade migraram de São José d'Além Parahyba para a nova capital, em busca de oportunidades de trabalho prometidas pela urbe recém inaugurada, cidade planejada e republicana, mas também em busca da desvinculação com o território anterior, no qual o patriarca foi submetido a condição de escravizado.

Embora desde os primórdios de suas práticas sócio-territoriais, o Kilombo Família Souza, ainda não sob tal alcunha, experimentasse uma relação intrínseca com o território, seja em relação ao plantio para subsistência e comércio, gestão dos recursos hídricos, criação de animais diversos, uma relação de proximidade e cuidado com os recursos naturais, a partir de práticas ambientais de cuidado, foi justamente a violação e desmobilização possibilitada pelo processo de urbanização e práticas de racismo cotidiano e institucional que incentivaram a família a buscar o seu reconhecimento enquanto remanescente de quilombo, e, por consequência a institucionalização de sua identidade, a partir do previsto no Decreto Federal 4.887/2003, que regulamenta o processo de certificação técnica de comunidades quilombolas e outros processos.

Nesse sentido, se faz urgente discutir como tais identidades, ainda que sejam indispensáveis na conformação da identidade nacional brasileira, conforme sugerido pela historiadora Beatriz Nascimento, são historicamente violadas, desmobilizadas e são comumente reivindicadas quando da necessidade de proteção do seu direito ao território, produção e reprodução de suas práticas sociais, culturais e epistêmicas, que só são possíveis quando realizadas no território ancestralmente ocupado por seus descendentes e pelas gerações atuais e futuras. Outro aspecto importante a ser discutido e apresentado é como a recuperação ou visibilização da identidade quilombola da família Souza contribuiu para que

essa discussão em Belo Horizonte fosse fortalecida, resultando, inclusive, na certificação técnica de outras comunidades quilombolas na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

ANCESTRALIDADE E R-EXISTÊNCIA: QUILOMBO MORRO REDONDO

Aline Miranda Barbosa

Instituto Federal do Paraná / E-mail: aline.barbosa@ifpr.edu.br

A presente palestra visa compartilhar as reflexões que emergiram a partir do chão de ancestralidade, chão de lutas e chão de r-existências das comunidades quilombolas do município de Seabra (Bahia). Mais especificamente da comunidade quilombola do Morro Redondo, certificada em 2005 pela Fundação Cultural Palmares e que desde 2009 está com seu processo de titulação em andamento no INCRA. São onze comunidades que se autorreconhecem como quilombolas em Seabra e conformam uma rede de territórios quilombolas que estão, direta ou indiretamente, compondo também uma rede de territórios de comunidades tradicionais em r-existência na região da Chapada Diamantina. As comunidades quilombolas de Seabra e entorno estão diante de um cenário de avanço do capitalismo extrativista moderno/colonial que se expande na região por meio de empreendimentos associados aos setores da mineração, agronegócio e energético. Trata-se de territórios que não se resumem apenas à posse da terra, envolvem a relação com todos os elementos que o constituem (terra, água, serras, ventos, vegetação, fauna, etc.) e que, por sua vez, constituem as referidas comunidades. Assim, a promoção e viabilização a qualquer custo de empreendimentos que de algum modo se configuram como uma ameaça à qualidade e à disponibilidade de qualquer um desses elementos que compõem os territórios quilombolas, atinge e compromete diretamente as formas de existências das comunidades. As ameaças às formas de existências das comunidades quilombolas não são de hoje e do mesmo modo as r-existências dessas comunidades não são apenas atuais, elas foram e estão sendo construídas ao longo do tempo, ao longo de gerações, ao passo que formulam suas territorialidades. Essas territorialidades partem de uma forma de sentir e de pensar fundamentadas em outras cosmologias que conformam um habitar negro quilombola que se espacializa tanto no campo quanto na cidade.

ANTIGO QUILOMBO CABULA: OFERTA DE INFRAESTRUTURA URBANA E RACISMO AMBIENTAL EM SALVADOR

João Soares Pena

Universidade do Estado da Bahia | joaopena@uneb.br

Salvador é a quinta maior cidade do Brasil, um dos seus principais destinos turísticos, com belezas naturais em sua orla marítima, importantes manifestações culturais etc. Entretanto, essa não é a única face dessa cidade que é tão linda e vibrante quanto desigual. A mesma cidade que encanta seus visitantes, reserva a boa parte dos seus moradores áreas sem tantas

benesses, onde elementos básicos ainda são de difícil acesso para muitos. Para esta discussão, analiso a incidência de racismo ambiental em uma área específica da cidade: o Antigo Quilombo Cabula (AQC), localizado no chamado Miolo de Salvador que, por um lado, é o centro geográfico da cidade e, por outro, é parte da periferia urbana soteropolitana. Composta por 17 bairros, essa área remonta ao período da colonização e da constituição dos quilombos: comunidades revolucionárias de resistência à escravização de negros e negras. Isto se evidencia no próprio nome Cabula: de origem banto, significa mistério. Se antes o Cabula era ocupado por negros e negras quilombolas, atualmente os bairros que compõem essa área são igualmente habitados majoritariamente por pessoas negras. Para demonstrar a desigualdade produzida pelo racismo ambiental, examino o acesso a serviços e infraestruturas urbanas no AQC a partir de dados do Censo do IBGE, embasado pela literatura sobre questões étnico-raciais e, especificamente, acerca do racismo ambiental. Ao final da análise, demonstro que existe uma desigualdade no acesso a esses elementos que está baseada na raça/cor de quem reside em cada área da cidade, evidenciando, assim, uma ordem racial regulando a produção do espaço urbano da capital baiana.